

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.034 - RJ (2019/0235345-1)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852  
CAIO CÉSAR FIGUEIREDO OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ171539  
HEITOR AUGUSTO RODRIGUES FERREIRA - RJ187552**

**RECORRIDO : DANIELE BONFANTE DE ALMEIDA DE SOUZA**

**RECORRIDO : DAMIANA APARECIDA DE ALMEIDA**

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## DECISÃO

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 24ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 437e):

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. CEDAE. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO, INOBTANTE AUSÊNCIA DO TRATAMENTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO AUTURAL.** Parte ré que assume que participa de três das quatro fases de tratamento do esgoto: transporte, tratamento e destinação. Licitude reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça que não implica admissão da cobrança na alíquota integral, já que o serviço correspondente não é prestado na sua totalidade. Atual entendimento desta Câmara, que melhor se alinha com a jurisprudência majoritária, no sentido de considerar legítima a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário na proporção em que o serviço é prestado. Ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue, deve a Concessionária proceder á cobrança da tarifa de esgoto, no percentual de 50% do valor. Prescrição decenal. Devolução do excesso que deve ser pago na forma simples, seja por força da súmula nº 85 deste tribunal, seja ainda pela inteligência do inciso III do art. 20 da lei nº 8.078/90. Reforma da sentença para condenar a ré a se abster de cobrar, a título de tarifa de esgoto, 50% do valor mensal, sob pena de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cobrança indevida; (b) condenar a ré a devolver ao autor, na forma simples, os valores indevidamente pagos

# *Superior Tribunal de Justiça*

*desde outubro de 2007, conforme requerido, a ser apurado em liquidação de sentença, corrigido desde o desembolso e acrescidos de juros de mora de 1%, contados da citação; c) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em consonância com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao art. 3º, I, *b*, da Lei n. 11.445/07, alegando-se, em síntese, a legalidade da cobrança de tarifa de esgoto, consoante a tese firmada por esta Corte, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.339.313/RJ, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz, ainda, caso mantido o acórdão recorrido, pela aplicação da prescrição trienal, a teor do art. 206 do Código Civil.

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido (fls. 578/584e).

## **Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *c*, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

No caso, verifico que o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte segundo a qual é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando

ausente o tratamento final dos dejetos, porquanto a lei não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente ocorrerá quando todas etapas forem efetivadas, bem como não proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma ou mais fases da atividade, como espelha o precedente assim ementado:

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.**

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

# Superior Tribunal de Justiça

Cumprе ressaltar que, conforme se extrai dessa orientação, não há que se falar em cobrança proporcional da tarifa, uma vez que seu valor não é discriminado em função dos serviços efetivamente prestados.

Nessa esteira:

## **ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Este Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.339.313/RJ, processado sob o rito do art. 543-C, do CPC, firmou posição no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue dos efluentes.

2. Também não prospera a pretensão de pagamento proporcional da tarifa cobrada, porque "O valor calculado e cobrado dos municípios, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação) (REsp 1.351.724/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 04/02/2013).

3. É desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral, conforme reiterado entendimento desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 731.171/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 09/10/2018, destaque meu).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º, do art. 85, do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2063 AgR/CE, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, tratando-se de recurso sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, considerada a fundamentação apresentada e caracterizada a hipótese de provimento de recurso, de rigor a inversão dos ônus sucumbenciais, para o fim de condenar o Recorrido a arcar com as custas processuais e ao pagamento dos honorários advocatícios, em montante a ser definido por ocasião da liquidação do julgado, a teor do art. 85, §§ 3º, I a V e 4º, II, do referido *codex*, observados os percentuais mínimos/máximos do inciso correspondente ao valor a ser apurado em liquidação.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *c*, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgoto pela Recorrente, nos termos expostos.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

